

A educação em *Nuestra Tribuna*, periódico feminino anarquistas da Argentina (1922-1925)¹

Luna Sofia Dobal

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Argentina)

Sônia Maria da Silva Araújo

Universidade Federal do Pará (Brasil)

Resumo

Amplamente utilizada na escrita da história, a imprensa periódica tem se tornado fonte privilegiada de compreensão do passado. *Nuestra Tribuna*, periódico feminino anarquista, argentino, divulgado entre 1922-1925, apresenta publicações sobre educação escritas por mulheres nas quais se defende que a escolarização asseguraria à sociedade “formação racional e elevação mental de mulheres e homens”. Mas, o que dizem as matérias de educação de *Nuestra Tribuna*? Como estas se apresentam no contexto do periódico? Que relações têm com a dinâmica social da Argentina? Objetiva-se, assim, compreender, sob a fundamentação da história cultural, especificamente da história dos impressos, como a educação é tratada em *Nuestra Tribuna*. Os resultados demonstram que a educação no periódico se põe como ferramenta indispensável para o alcance da emancipação não só da mulher, mas do ser humano na sociedade. As discussões indicam variedades nos discursos sobre uma educação libertária que promovesse justiça, igualdade e autonomia para todos e todas.

Palavras-chave: *Nuestra Tribuna*. Educação. Anarquismo. Periódico anarquista.

Education in *Nuestra Tribuna*, an anarchist women's periodical in Argentina (1922-1925)

Abstract

Widely used in historical writing, the periodical press has become a privileged source for understanding the past. *Nuestra Tribuna*, an Argentine anarchist

women's newspaper that circulated between 1922 and 1925, features articles on education written by women, defending its importance in relation to "the rational formation and mental elevation of women and men in society." But, what do the educational articles in *Nuestra Tribuna* say? How are they presented within the context of the newspaper? What is their relationship to Argentine social dynamics? The aim is to understand, from the perspective of cultural history, specifically the history of the press, how education is addressed in *Nuestra Tribuna*. The results of this work demonstrate that education is presented as an indispensable tool for achieving the emancipation not only of women, but of all of society. The discussions reveal a variety of discourses on libertarian education that promotes justice, equality, and autonomy for all people.

Keywords: Nuestra Tribuna. Education. Anarchism. Anarchist press

La educación en *Nuestra Tribuna*, periódico anarquista femenino de Argentina (1922-1925)

2

Resumen

Ampliamente utilizada en la escritura de la historia, la prensa periódica se ha convertido en una fuente privilegiada para comprender el pasado. Nuestra Tribuna, periódico femenino anarquista, argentino, circuló entre 1922-1925, presenta notas sobre educación escritas por mujeres, donde se defiende la importancia de la misma en relación a "la formación racional y la elevación mental de mujeres y hombres en la sociedad" Pero ¿qué dicen los artículos educativos de Nuestra Tribuna? ¿Cómo se presentan en el contexto del periódico? ¿Cuál es su relación con la dinámica social argentina? El objetivo es comprender, a partir de la historia cultural, específicamente la historia de la prensa, como la educación es tratada en Nuestra Tribuna. Los resultados de este trabajo demuestran que la educación se presenta como una herramienta indispensable para lograr la emancipación no sólo de la mujer, sino de toda la sociedad. Las discusiones indican una variedad de discursos sobre educación libertaria que promueve la justicia, la igualdad y la autonomía para todas las personas.

Palabras clave: Nuestra Tribuna. Educación. Anarquismo. Periódico anarquista.

Introdução

Na qualidade de documento disponível ao público leitor, os periódicos impressos tem se apresentado, não sem polêmica, como fontes privilegiadas de compreensão da história. Trata-se de uma cultura material fisicamente disponível, com características próprias, marcada pela “era da reprodução mecânica” mobilizada pelo capitalismo de imprensa, que atinge um grupo específico: aqueles que dominam a escrita. Considerando-se o período de produção e o local de reprodução, é possível depreender seu alcance. Nas sociedades em que o processo de alfabetização logo se expandiu, criando-se um largo público de leitores, sem dúvida os efeitos dos conteúdos de periódicos, somente passíveis de compreensão e crítica pelo domínio técnico da leitura, assumiram dimensões que as sociedades onde os processos de expansão da imprensa e da escolarização ocorreram posteriormente não alcançaram².

Os periódicos para Barros (2021, p. 422), são “[...] um tipo específico de fonte histórica, capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circulam”. Para o dito autor, periódicos são “[...] efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra” (Barros, 2021, p. 422). Chama ainda Barros (2021) a atenção para a “publicização”, isto é, a disponibilização do periódico a algum tipo de público específico.

O grau de acesso aos periódicos, dado importante para a compreensão de seu “lugar” para/na história de uma dada sociedade, não pode ser negligenciado na análise desse tipo de fonte. De igual modo, não se pode desconsiderar este acesso na sua relação com gênero e raça. O domínio da leitura entre homens e mulheres no contexto das sociedades é variável necessária nos estudos históricos dos periódicos, assim como esse domínio entre brancos e negros, indígenas e não-indígenas, além da frequência de publicação, forma impressa e grupo para o qual se destina. Na qualidade de objeto que assume sentido para um grupo definido pela capacidade que tem de acessá-lo – público leitor –, a manipulação do periódico precisa ser

pensada nos seus antecedentes e consequentes, ou seja, acerca da sua existência (a quem se destina, com qual intencionalidade), e de seus efeitos (o que sua utilização e manipulação pretendem provocar).

Segundo Gurgel Filho (2023), tão importante quanto reconhecer os periódicos como fontes históricas é atentar para os procedimentos metodológicos de análise. Na perspectiva desse autor, a dimensão crítica dessa fonte passa pelo cuidado em não transformá-lo em objeto, mas em meio para o estudo do objeto, e, neste caso, admitir não ser ele um documento neutro, mas dinâmico se articulado a dimensões sociais de seu contexto. Nessa direção, o autor destaca que é preciso tomá-lo não como “caixa de ressonância da sociedade”, como mero reflexo da sociedade, mas, ainda, como um “interventor social” a ser tratado nas divergências, contradições e dissensos. Também nessa perspectiva de refletir sobre o modo como os periódicos têm sido utilizados como fonte pelos historiadores, Cruz e Peixoto (2007) destacam a necessidade de se discutir procedimentos teórico-metodológicos aplicados pelas pesquisas que trabalham com periódicos.

4

Reconhecendo a validade de todas essas reflexões, e longe de considerar o periódico como “repositório da verdade”, definimos como objeto de investigação deste artigo as matérias de educação publicadas no periódico *Nuestra Tribuna* da Argentina, produzido nos primeiros anos de 1920. A intenção é refletir sobre tais matérias no âmbito do periódico, descrever como se apresentam naquele contexto histórico da Argentina e, o que é mais importante, apresentar como a educação é tratada a partir de vozes de mulheres engajadas no movimento anarquista e que defendiam, sob suas perspectivas, a educação com vistas à emancipação.

Breve visão geral do anarquismo argentino

Para compreender o sentido das matérias de educação de *Nuestra Tribuna*, necessário se faz apresentar brevemente o movimento anarquista argentino nos primeiros anos de 1920. Importa destacar que o movimento anarquista argentino teve como eixo central a luta dos trabalhadores e participou ativamente de associações profissionais, sindicatos e espaços educacionais. A intenção do movimento era divulgar e tentar implementar

na Argentina daquele momento uma educação capaz de promover formação moderna e emancipatória, com o objetivo de transformar as estruturas sociais. Nessa perspectiva, se colocava o movimento como forte crítico das instituições, das leis, da igreja, do capitalismo e até do casamento (Suriano, 2004).³

A proposta de ação direta do anarquismo foi articulada principalmente por meio de greve geral, mas suas ações não se limitaram a isso; discursos também ocuparam o espaço público por meio da imprensa. O movimento, composto principalmente por imigrantes⁴, deu origem a uma notável polifonia discursiva, resultado tanto de sua diversidade linguística quanto de sua heterogeneidade ideológica. De fato, não havia uma única maneira de entender ou de se comunicar sobre os princípios anarquistas (Cordero, 2019). Essa condição também o tornou alvo de intensa vigilância por parte do Estado. Tanto sua composição social quanto sua afinidade com a luta dos trabalhadores eram motivos recorrentes de perseguição policial, em um contexto marcado por leis repressivas, como a Lei de Residência (1902) e a Lei de Defesa Social (1910)⁵ (Suriano, 2004; Cordero, 2019).

As publicações anarquistas eram notavelmente diversas em sua periodicidade e sofriam constantes interrupções devido a condições materiais precárias, deportações, prisões, viagens forçadas e disputas internas. Apesar dessas adversidades, a imprensa manteve uma forte carga emocional e uma dramaticidade particular em seus títulos e conteúdos. Cordero (2019) conceituou essa dinâmica como um “concerto anarquista”: uma multiplicidade de vozes individuais que, no entanto, constituía uma produção coletiva.

Além de artigos teóricos e de reflexão, as publicações incluíam registros de assembleias, reuniões e debates, refletindo a vitalidade organizacional do movimento. Os editores também desempenhavam um papel ativo na circulação do discurso, aplicando cortes ou censuras que, em alguns casos, encerravam discussões ou bloqueavam debates, refletindo certas tensões internas. Por fim, a imprensa anarquista era sustentada por assinaturas de seus leitores, publicizadas como uma expressão de transparência e compromisso coletivo (Cordero, 2019).

A construção de um sujeito emancipado para a transformação social era um tópico nas páginas da imprensa anarquista e sua autoria fortemente

marcada pelo gênero. Bacci e Cordero (2007) destacam a importância da presença de vozes femininas no movimento. Elas, além de adquirirem presença pública em seu papel de escritoras, questionavam fortemente aspectos essencialistas e universalizados da ideia de emancipação e da identidade política do movimento.

Prietto (2017) reconhece o percurso historiográfico que associou anarquismo e feminismo, mas o considera um fenômeno anacrônico, pois as primeiras questionavam fortemente as segundas ao considerarem o feminismo uma corrente liberal e burguesa. Embora tenham criticado fortemente a exploração sexual, refletido sobre questões como educação, emancipação feminina, sexualidade, maternidade, amor (Barrancos, 1994; Cordero, 2017, 2019), e seus discursos compartilhem certos pontos de luta com o feminismo, de tal modo a ter contribuído para ele, as mulheres anarquistas analisavam todos esses temas a partir de uma identidade própria.

As anarquistas não buscavam meios legais, seja por meio do Estado ou da cidadania, em sua luta por igualdade. Sua luta se concentra na emancipação humana e na igualdade em todas as esferas da vida, rejeitando instituições que exercessem sistemas de dominação: o Estado, a igreja, os militares, o capitalismo e o casamento. Por essa principal razão e diferença, suas lutas devem ser analisados sob a perspectiva de sua identidade anarquista e não como feministas.

6

Nuestra tribuna: um jornal com a voz das mulheres

Quinzenário feminino de ideias, arte, crítica e literatura, *Nuestra Tribuna* foi um jornal anarquista escrito por mulheres e publicado nas cidades de Necochea, Tandil e Buenos Aires entre 15 de agosto de 1922 e 1º de julho de 1925. Sua fundadora e principal administradora foi Juana Rouco Buela.

Juana Rouco Buela, nascida em Madrid no final do século XIX, chegou à Argentina em 1900 ainda criança e trabalhou como operária têxtil. Seu envolvimento com o movimento trabalhista estava ligado à presença de seu irmão mais velho, Ciriaco, responsável por alfabetizá-la. Ela foi militante anarquista desde os 15 anos, onde se destacou, pois, como nos esclarece Martins

e Souza (2022), cedo precisou trabalhar para ajudar na precária situação financeira da família. Isso lhe custou prejuízos, pois o governo, aplicando a lei de residência, a deportou do país em 1908.

A partir desse momento, Rouco Buela (2012), como descreve em seu livro autobiográfico, viajou e morou em vários países da Europa e da América Latina, incluindo o Brasil, onde viveu por quatro anos no Rio de Janeiro. Retornou à Argentina em 1910, onde adotou o sobrenome Rouco como forma de se proteger. Mas foi somente na década de 1920 que ela finalmente conseguiu realizar seu sonho de publicar um jornal anarquista escrito por mulheres. Por meio do contato com anarquistas da cidade de Necochea, como Fidela Cuñado, Terencia Fernandez e Maria Fernandez (que atuava no comitê editorial), e que foram fundamentais para dar vida à *Nuestra Tribuna*, segundo Cordero (2017), ela finalmente realiza seu objetivo.

Nuestra Tribuna surgiu sob colaborações econômicas e vínculos com outras imprensas anarquistas, como Ideas, publicada em La Plata; La antorcha e La protesta, ambas publicadas em Buenos Aires (Barrancos, 1994; Cordero, 2019), que eram, inclusive, citadas pelo periódico como chamada para que seus leitores também buscassem informações nesses outros impressos por meio de uma coluna chamada “Camarada Lee” (Camarada lê). Segundo Cordero (2017), o quinzenário chegou a produzir 2.500 exemplares mensais e sua existência dependia de assinaturas mensais de seus leitores, que vinham de diferentes partes da Argentina e do exterior, publicadas para esclarecer receitas e despesas. Essa era uma característica comum da imprensa operária anarquista da época. Outra questão ligada às assinaturas e ao recebimento das publicações, era o pedido explícito para que fossem enviadas sem pseudônimo. O grupo editorial recusava-se a publicar notas e artigos sem a identificação do nome e sobrenome reais do autor. No primeiro número, o grupo editorial já questionava: ¿Por qué no firma sus producciones compañerita? (Editorial, 1922).

Importa mencionar que *Nuestra Tribuna* não foi o primeiro jornal anarquista dirigido e gerenciado por mulheres. Entre 1896 e 1897 circulou um jornal comunista anarquista chamado *La Voz de la Mujer*, que pode ser considerado o antecedente mais próximo do quinzenário e que também defendia a participação e a publicação de mulheres (Bacci; Cordero, 2007;

Batticuore, 2017; Cordero, 2019). Com características e conexões com o movimento imigrante daqueles anos, *La Voz de la Mujer* era voltado para a classe trabalhadora, mas em sua materialidade mantinha poucos laços com ela (Molyneux, 1986). A presença desse tipo de imprensa no jornalismo anarquista pode ser entendida como uma raridade, como apontou Cordero (2019), na medida em que não houve outras experiências semelhantes, sendo possível nessas experiências a manifestação da diferença sexual nos escritos das mulheres.⁶

Imagem 1 – Periódico Nuestra Tribuna



Fonte: Editorial (1922).

8

Nuestra Tribuna apresentava um formato canônico, sem variações, ao longo de sua existência. Na primeira folha, apresenta-se o título do periódico no alto da primeira página, com letras em fonte ampla, caixa alta e negritadas, de modo a chamar a atenção pelo destaque que representa no contexto de sua diagramação. Após o segundo número, passou-se a identificar, acima do título, à esquerda, na extremidade da folha, o ano de edição e à direita, também na sua extremidade, o número correspondente. Ao meio, no alto e centro dessa primeira folha, acima do título, a identificação da cidade de reprodução da publicação, seguida de data, mês e ano. Na mesma linha do título do periódico (por vezes logo abaixo), duas grandes máximas eram expostas nas extremidades da folha, presentes em todos os números, e que diziam: primeiro “*No hay emancipación de la mujer. La emancipación que nosotras mujeres libres, propiciamos, es social, netamente social*”; segundo “*La inferioridad mental de la mujer es una mentira teológica, repetida y propagada por todas las congregaciones religiosas y jurídicas*” Ao meio expunha-se a periodicidade do impresso e sua identidade ao anunciar:

“Quincenario anarquista de Ideas, Arte, Crítica y Literatura”. Abaixo, o nome da mulher responsável pela redação e administração do periódico.

Abaixo dessas informações, apresentava-se o editorial no centro e nas laterais artigos e notas de colaboradoras. No interior do periódico outros artigos são publicados, sobre os mais variados temas: família, religião, política, educação, maternidade, entre outros, além de poesias e contos. Informes, avisos e divulgação de centros de estudo, também compunham o conteúdo do periódico. Avaliações sobre o próprio impresso eram feitas pela editora responsável pela redação e administração, além de balaços contábeis.

Foram publicados 39 números do periódico, de 15 de agosto de 1922 a 1o de julho de 1925, todos analisados para este artigo, conforme segue discriminado.

Quadro 1 – Publicações de *Nuestra Tribuna*, por ano, número, data e local de publicação

Ano	Número	Data	Local de Publicação
I	1	15 de agosto de 1922	Necochea
I	2	1º de setembro de 1922	Necochea
I	3	15 de setembro de 1922	Necochea
I	4	30 de setembro de 1922	Necochea
I	5	15 de outubro de 1922	Necochea
I	6	31 de outubro de 1922	Necochea
I	7	15 de novembro de 1922	Necochea
I	8	30 de novembro de 1922	Necochea
I	9	15 de dezembro de 1922	Necochea
II	10	1º de janeiro de 1923	Necochea
II	11	15 de janeiro de 1923	Necochea
II	12	1º de fevereiro de 1923	Necochea
II	13	15 de fevereiro de 1923	Necochea
II	14	28 de fevereiro de 1923	Necochea
II	15	15 de março de 1923	Necochea

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quadro 1 – Publicações de *Nuestra Tribuna*, por ano, número, data e local de publicação (continuação)

Ano	Número	Data	Local de Publicação
II	16	31 de março de 1923	Necochea
II	17	15 de abril de 1923	Necochea
II	18	1º de maio de 1923	Necochea
II	19	15 de maio de 1923	Necochea
II	20	1º de junho de 1923	Necochea
II	21	15 de junho de 1923	Necochea
II	22	1º de julho de 1923	Necochea
II	23	15 de julho de 1923	Necochea
II	24	1º de setembro de 1923	Necochea
II	25	15 de setembro de 1923	Necochea
II	26	1º de outubro de 1923	Necochea
II	27	15 de outubro de 1923	Necochea
II	28	1º de novembro de 1923	Necochea
III	29	1º de maio de 1924	Tandil
III	30	1º de junho de 1924	Tandil
III	31	15 de junho de 1924	Tandil
III	32	1º de julho de 1924	Tandil
III	33	1º de agosto de 1924	Tandil
III	34	1º de setembro de 1924	Tandil
III	35	1º de outubro de 1924	Tandil
III	36	1º de novembro de 1924	Tandil
IV	37	15 de fevereiro de 1925	Buenos Aires
IV	38	1º de abril de 1925	Buenos Aires
IV	39	1º de julho de 1925	Buenos Aires

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A rigor, sendo quinzenal, e tendo sua primeira publicação ocorrida em 15 de agosto de 1922 e a última, de número 39, em 1º de julho de 1925, era para o *Nuestra Tribuna* ter publicado uma média de 70 números e não 39. Constatou-se, então, que em algumas quinzenas o periódico não foi

publicado, principalmente no seu quarto ano. Grosso modo, verificou-se que: 1) no ano I, 1922, que começou na 2ª semana de agosto, foram publicados todos os números, perfazendo um total de 9 publicações editadas; 2) no ano II, 1923, quando se deveria publicar 24 números, foram publicados 19, pois não houve publicações nos meses de agosto e dezembro (4 números), além das segundas quinzenas de novembro (1 número); 3) no ano III, 1924, também não se publicou em todas as quinzenas, perfazendo um total de apenas 8 números publicados, não tendo sido nenhum número publicado de janeiro a abril do ano (8 números), além da ausência de publicação na 1ª quinzena de maio (1 número), na 2ª quinzena de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro (6 números), e 1ª quinzena de dezembro (1 número); 4) no ano IV, 1925, as publicações foram ainda mais diminutas; só 3 números foram publicados: na segunda quinzena de fevereiro e primeiras quinzenas de abril e julho.

Para entender por que as edições deste quinzenal não eram publicadas regularmente, é necessário rever alguns fatos históricos. Primeiro, a década de 1920 na Argentina testemunhou um período de lutas, mobilizações, greves e protestos operários reivindicando melhores salários e condições de trabalho. O movimento anarquista foi um participante ativo na luta dos trabalhadores, e isso pode ser visto tanto na imprensa anarquista quanto nas páginas do *Nuestra Tribuna*.

Um fato fundamental sobre essa questão e seu impacto na publicação de *Nuestra Tribuna* pode ser observado em 1923, quando uma das mobilizações operárias culminou no assassinato do ativista anarquista Kurt Wilckens. A imprensa anarquista foi alvo de perseguição e censura por parte do governo (produto das leis de Residência e Defesa Social, ainda em vigor) e da polícia, e *Nuestra Tribuna* não foi exceção. O jornal quinzenal envolveu-se em conflitos com a polícia de Necochea, onde foram impressos os primeiros números, visto que o chefe de polícia local era irmão de Varela, que ordenou o assassinato do ativista anarquista. O quinzenal encerrou-se em 1º de novembro de 1923, e sua fundadora mudou-se para a cidade de Tandil, onde os exemplares foram emitidos novamente a partir de 1º de maio de 1924, permanecendo em vigor até novembro do mesmo ano e como mudança definitiva para a cidade de Buenos Aires, onde o projeto não pôde ser sustentado (Barrancos, 1994; Cordero, 2017; 2019).

Os vínculos que ajudaram a moldar *Nuestra Tribuna* não eram apenas com a imprensa anarquista. Barrancos (1994) apontou a configuração de uma rede de publicações de várias províncias, um aspecto facilmente identificável nas assinaturas e contribuições publicadas. Ao longo das páginas de *Nuestra Tribuna* é possível observar assinaturas e escritos de autores de todo o território nacional, mas seu alcance transcendia as fronteiras.

Cordero (2017) analisou as redes em termos transnacionais e as trocas de cartas e materiais desse tipo. Ao longo do jornal, ela pôde observar menções, traduções de notas, chamadas para publicação, entre outras coisas, a anarquistas internacionais, principalmente de países vizinhos como Chile, Uruguai e Brasil, sendo este último um dos locais onde a fundadora do jornal viveu por quatro anos (Cordero, 2017). Quando o quinzenário começou a ser publicado na cidade de Tandil, além de ter havido modificações na tipografia do periódico e no estilo, foi adicionado o texto “assinatura mundial” abaixo do título para destacar o seu escopo de alcance.

A historiadora Cordero (2017) destaca que, ao pensar e recuperar a trajetória do projeto editorial de *Nuestra Tribuna*, a biografia de sua fundadora não poderia ser deixada de lado. Não só pelas experiências anteriores ao nascimento do projeto, que lhe proporcionaram contatos e vínculos internacionais, mas também porque as mudanças de Juana Rouco Buela para a cidade de Tandil e Buenos Aires alteraram os locais onde esse quinzenário seria impresso, bem como as dificuldades econômicas que inviabilizaram a manutenção das publicações após 1925.

12

Educação em *Nossa Tribuna*

As páginas do *Nuestra Tribuna* ecoavam vozes anarquistas que refletiam sobre a educação. A historiadora Barrancos (1990) argumenta que houve três momentos dentro do anarquismo em que surgiram reflexões e debates sobre educação e se defendeu a criação de Escolas Modernas baseadas em uma pedagogia racionalista: o primeiro momento, entre 1900-1909; o segundo, de 1910 a 1919; o terceiro, entre 1920-1930, período em que surgiu e circulou *Nuestra Tribuna*. Não é surpreendente, portanto, constatar

que nas páginas do quinzenário anarquista tenha-se publicado notas sobre o tema educação.

Para o movimento anarquista, a educação oferecida nas escolas oficiais, sob a jurisdição do Estado, não permitia o verdadeiro desenvolvimento intelectual e crítico das pessoas, pois reproduzia o sistema burguês de dominação vigente e estabelecia valores morais sob a ideia de nação, pátria e cidadania, o que não coincidia com as ideias anarquistas sobre a luta social. A educação libertária baseava-se em uma abordagem pedagógica alternativa que questionava instituições como o Estado e a Igreja, além de criticar métodos e conteúdos do ensino (Barrancos, 1990; Suriano, 2004).

Ao cotejar os números de *Nuestra Tribuna* identificamos, do conjunto dos 39 números do periódico, 25 matérias sobre educação, discriminadas no quadro conforme segue.

Quadro 2 – Matérias sobre educação em Nuestra Tribuna, por número e autoria

Materias de educação	Número	Autoria
Nota de la editorial “Por la educación racionalista” Minuta del Primer Congreso Anarquista regional del Plata.	4	Juana Rouco Buela
1909-1922 Fechas históricas. El mártir de la escuela moderna.	5	Editorial
La educación de la mujer y su participación en la lucha.	6	Aurora D. Castillo
Nuestras reflexiones sobre la enseñanza oficial.	10	Editorial
Educación de los niños.	13	Eusebia Rivero
La escuela moderna	13	Sara Pérez
La educación de la mujer y el niño.	15	Eusebia Rivero
Apuntes de nuestra crítica a la conferencia de un profesor.	17	Juana Rouco
Imagen “Anarquía” Menciona educación al pie de la imagen.	18	Editorial

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quadro 2 – Matérias sobre educação em Nuestra Tribuna, por número e autoria (continuação)

Materias de educação	Número	Autoria
Los niños. Su educación e iniciación sexual. (Parte 1)	20	Editorial
Eduquémonos.	20	Rosa P. Siepe
Los niños. Su educación e iniciación sexual. (Parte 2).	21	Editorial
Los niños. Su educación e iniciación sexual. (Parte 3- final).	22	Editorial
Auto educación, amor y maternidad. Conferencia dictada en Vitarte Perú.	24	María Alvarado Rivera
La mujer y la educación.	28	Isolina Borgez
La maestría	29	Editorial
Educación de la mujer	29	Petronila C. Bianchi
La odisea de una maestra.	30	Editorial
Nota sobre profesor que escribe a los niños.	31	Editorial
Problemas educacionales	35	Integra diferentes reflexões de vários autoras
Francisco Ferrer	36	Editorial
Problemas educacionales.	36	Integra diferentes reflexões de vários autoras
La educación infantil.	37	Editorial
Problemas educacionales	37	Integra diferentes reflexões de vários autoras

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nas publicações de número 4, 5, 6, 10, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 28, 29, 30, 31 e 35, identificamos 1 matéria sobre educação; nas publicações de número 13, 20, 29, 36, 37, localizamos 02 matérias em cada edição. Portanto, dos 39 números rastreado, 19 apresentam 24 matérias sobre educação.

Procedemos à seleção das matérias a partir das palavras-chave educação e escola nos títulos e de termos a elas correlacionados como professor, ensino, pedagogia, docente, mestre ou mestra, entre outros. Excepcionalmente, destacamos também matérias sobre Francisco Ferrer Guardia, pensador catalão de referência para a educação racionalista apreendida pelo anarquismo. Das 25 matérias identificadas, constatamos 15 com a palavra-chave educação no título; 02 com escola; 02 com professor; 02 com mestra; 01 com ensino; 01 com Ferrer; 01 com auto-educação.

Constatamos, a partir da primeira abordagem, e por meio de uma leitura analítica das matérias identificadas como do campo da educação, que a esta não foi abordada apenas a partir da proposta racionalista ou de críticas ao sistema oficial de ensino, mas também pautada no debate sobre as desigualdades de atendimento escolar entre homens e mulheres. Discute-se ainda a formação escolar para as mulheres como de menor qualidade naquele contexto argentino. Reflexões sobre o papel das mulheres como mães e/ou como complemento dos homens na luta social do anarquismo pela emancipação humana são apresentadas.

Outro tema que circula nas matérias, e que reforçava a compreensão do papel da mulher como responsável pela família, é a preocupação com a educação das crianças, não apenas àquela recebida por meio da educação oficial, mas também dentro do lar. Aparece ligada à educação a questão da maternidade e do cuidado, função considerada elementar da mulher. A educação correta no interior da família era atribuição principal da mãe.

Em termos gerais, quando são levantadas questões relacionadas à educação oficial ou à educação racionalista, a figura da mulher e da infância estão sempre presentes e são destacadas pelas autoras que colaboraram em *Nuestra Tribuna*. No entanto, embora certas características comuns possam ser identificadas, nem todas as autoras compartilhavam as mesmas abordagens, o que dificulta a percepção de um traço único no conteúdo das matérias.

Os escritos publicados questionavam o ensino oficial, argumentando que o conteúdo escolar não promovia o desenvolvimento integral dos indivíduos nem fomentava a liberdade. Pelo contrário, o objetivo era treinar os alunos com valores centrados na pátria, na identidade nacional e no serviço militar. Essa crítica não era exclusiva do *Nuestra Tribuna*, mas compartilhada por outros meios de comunicação anarquistas (Barrancos, 1990; Suriano, 2004). A preocupação das anarquistas era criticar o projeto educacional promovido na Argentina desde o final do século XIX, que buscava construir uma identidade nacional unificada e treinar cidadãos, a fim de homogeneizar a população migrante que havia chegado em massa ao país naqueles anos (Lionetti, 2007).

A historiadora Lionetti (2007) observou que a educação oficial oferecia cursos separados para homens e mulheres. Embora houvesse algumas disciplinas comuns, as mulheres tinham que aprender trabalho manual e economia doméstica, enquanto os homens tinham que praticar exercícios militares. Essas divisões se deviam não apenas à compreensão de duas concepções de cidadania, sendo a dos homens a plena, mas também à definição do papel das mulheres na vida doméstica, como mães e esposas.

Uma nota sobre a educação racionalista assinada pelo fundadora do jornal não apenas questiona o fato de esse tipo de educação ter sido negligenciado dentro do movimento, mas também menciona críticas à maneira como o conhecimento é transmitido em sala de aula pela educação oficial, como a infância é moldada pela moral burguesa, patriotismo e disciplina. Questionava a autora:

¿Por qué no dedicar todos nuestros esfuerzos para la implantación de escuelas racionalistas, sustituyendo de esa forma la educación rutinaria, arcaica, patriótica y militarista que se le inculca a la niñez- inclusive a los hijos de anarquistas y revolucionarios- en las escuelas del Estado? (Buela, 1922).

Esse tipo nota destaca a importância da criação de escolas racionalistas a partir do próprio movimento, pautadas em uma pedagogia que incentivasse a curiosidade, a experimentação, a crítica, a liberdade, a justiça e a educação para o amor. Dentre as críticas à educação oficial, também

aprecem questionamentos acerca da má formação dos professores, dos espaços escolares e das punições e castigos. O editorial do n. 10 de Nuestra Tribuna destaca-se, em relação às crianças nas escolas que:

[...] tímidos y estáticos en los banquillos, esperan el sermón de la maestra, el grito educacional que confunde y atrofia la mentalidad de los niños, contribuyendo en esto también la eficacia del puntero. La penitencia, los gritos incoherentes de maestros y maestras, hacen de los niños seres autómatas, sin carácter y atrofiados de cerebro (Editorial, 1923).

Compara-se a escola oficial com uma prisão, onde não se educa com amor, afeto de vital importância no discurso libertário (Cordero, 2019), mas com castigo, rotina e gritos. Vinculada a esse aspecto, a figura da mãe e a educação das mulheres surgem nos discursos publicados como uma dimensão de importância nodal.

Em relação ao exposto, importa ressaltar que o processo de educação para a cidadania e a educação oficial foram marcados pela diferença sexual, atribuindo às mulheres papéis ligados ao cuidado e à função de “guardiãs do lar”, já que não eram consideradas cidadãs plenas. Consequentemente, elas recebiam uma educação diferenciada, com o objetivo de reforçar esses objetivos, em que sua principal tarefa era educar os futuros cidadãos dentro da casa da família (Lionetti, 2007; 2021; Nari, 2010).

Observa-se em relação ao ponto anterior, convergência entre as matérias de educação de *Nuestra Tribuna* com as discussões que surgiram dentro do movimento anarquista em relação à educação das mulheres, que questionava papéis tradicionais a elas imputados e os limites impostos pela educação oficial, que defendia uma educação feminina inferior a destinada aos homens. Mas faz-se necessários observar que nem todos os discursos dentro do anarquismo coincidiam (Cordero, 2017; 2019) e destacar que na luta pela emancipação das mulheres nem sempre anarquismo e feminismo confluíam em relação ao lugar a ser ocupado pela mulher. É importante ressaltar que o anarquismo tinha suas próprias concepções, ligadas a uma visão da mulher como oprimida não apenas pelo Estado, mas pela estrutura familiar patriarcal (Prietto, 2017).

Nos artigos publicados em *Nuestra Tribuna*, a educação das mulheres é um tópico central de debate, pois as colaboradoras do quinzenário relatam que não receberam a mesma educação que seus companheiros de luta. A partir dessa observação, surgem diferentes discussões e reflexões sobre como e por que educar as mulheres ou sobre o estado dessa dimensão.

Em várias notas, encontramos reflexões sobre o papel fundamental da mulher educada como mãe, formadora do caráter da criança na infância, e da mulher como companheira do homem revolucionário. Argumenta-se que uma mulher educada tem mais condições de gerar um lar livre, consciente, amoroso, higiênico e racional, voltado para uma nova humanidade.

Em relação ao cuidado e à higiene, a historiadora Lionetti (2021) observou a importância que o cuidado com o corpo adquiriu na educação no final do século XIX e início do XX. Aspectos de seu trabalho apontam que os discursos higienistas e eugênicos circulavam em revistas educacionais, como *El Monitor de la Educación Común*. Paralelamente a essas questões, ela aponta como a maternidade eugenista dava às mulheres autoridade em questões de cuidados familiares e educação, mesmo em sua identidade de não cidadã. A autora nos permite inferir que esse tipo de preocupação não estava presente apenas nos discursos dos anarquistas, mas no contexto social. Encontramos nas ideias dessas mulheres anarquistas preocupações relacionadas com uma mentalidade compartilhada coetaneamente.

Um aspecto ligado principalmente ao tema da higienismo é o debate sobre a educação sexual na infância. As autoras do periódico não apenas enfatizavam a importância de se fornecer educação correta sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis – um tema que compartilham com o movimento anarquista (Cordero, 2019) –, mas também apontam como a educação diferenciada de meninos e meninas influenciou nas suas experiências sexuais. Ao tratarem do tema, destacam, também, no caso da educação dos meninos, o contágio de doenças venéreas como consequência de seus vínculos com prostitutas, que por sua vez, são consideradas pelas anarquistas como um grupo oprimido da sociedade. Isto tudo é usado como justificativa de mudança na educação da mulher, admitida pelo movimento como responsável pelo comportamento dos filhos.

É possível encontrar nuances ou tensões nos artigos publicados. Ao mesmo tempo em que se enfatiza a importância da educação em casa, algumas mulheres pedem a autoeducação ou o desenvolvimento da inteligência, não como mães, mas como mulheres. Rosa P. Siepe, autora da matéria intitulada “Eduquémonos”, publicada na edição de número 20, argumenta, por exemplo, que a educação das meninas era diferente da educação dos meninos. Elas, em geral, não completavam os ciclos escolares e eram designadas a realização de tarefas domésticas. De acordo com essa autora, a educação voltada para o lar era o principal obstáculo ao desenvolvimento da mulher. Esta reflexão coincide com as feitas por Isolina Borgez, na matéria de sua autoria, intitulada “La mujer y la educación”, publicado na edição de número 28.

Matéria importante, digna de destaque, é também a escrita por Aurora Castillo (1922), sob o título “La educación de la mujer y su participación en la lucha”, publicado na edição de número 6. Nesta a autora aponta que os homens realizavam todas as suas atividades fora de casa, enquanto a organização do lar cabia exclusivamente às mulheres. A divisão de tarefas domésticas era um tema posto pelas autoras de um modo geral, que questionavam o fato dos homens do movimento anarquista não defenderem a educação de suas companheiras mulheres. Argumenta-se principalmente que, sem resolver essa desigualdade, era impossível alcançar a emancipação.

Uma questão interessante que aparece nos discursos dessas escritoras é a crítica à ideia de que as mulheres não são tão inteligentes quanto os homens. Diante desse tipo de afirmação – que elas recuperam das vozes masculinas –, as autoras argumentam que as diferenças não se devem a diferenças físicas ou sexuais, mas à falta de acesso à educação igualitária. O acesso diferenciado à educação é um aspecto compartilhado e denunciado por essas colaboradoras.

Nas palavras de uma anarquista peruana:

La mujer es la que debe inculcar al hombre desde niño el espíritu de justicia, la rebeldía contra el despotismo, el amor a la libertad, como lo ha hecho la mujer rusa en el heroico periodo de preparación para la reforma verificada hoy (Rivera, 1923).

A reflexão acima coloca em debate duas questões: 1) a importância da mulher anarquista ser educada para que possa melhor atuar no lar; 2) a necessidade da mulher ser educada para a emancipação, para tomar decisões, tornando-se um sujeito político que age livremente, não sob o domínio dos homens, mas como companheira. Nesse caso, Maria Alvarado Rivero, argumenta que, se os homens não permitiram ou não abriram caminho para o fortalecimento do intelecto, é necessário que as mulheres o façam elas mesmas, que se eduquem.

Considerações finais

A partir da análise das matérias publicadas em *Nuestra Tribuna*, pode-se observar que a educação era concebida não apenas como um instrumento de transformação social, mas também como uma ferramenta indispensável para o alcance da emancipação feminina e, por extensão, da emancipação humana. As colaboradoras do quinzenário abordavam as questões educacionais de forma abrangente, articulando críticas ao sistema oficial de ensino, que previa um modelo de escola pautado na formação de valores nacionais e patrióticos para os homens, e no amor maternal para as mulheres. Em face disso, a figura da mulher – seja como mãe, educadora ou companheira revolucionária – adquire um papel discursivo central nas matérias publicadas, destacando-se a preocupação com o acesso desigual à educação e a defesa de um escola voltada para o desenvolvimento intelectual e crítico de todas as crianças, independente do sexo.

A análise também revelou a diversidade de abordagens e as tensões internas entre as autoras, o que impede uma leitura homogênea de suas reflexões. Enquanto algumas matérias enfatizavam o papel materno e o dever de educar dentro de casa, outras apelavam para a autoeducação e para a necessidade de se superar os funções tradicionais de gênero. Mas, grosso modo, defende-se que as escolas modernas deveriam estar ao alcance de todos.

Essas mulheres não apenas denunciavam a exclusão educacional, mas também propunham uma redefinição de seu lugar dentro do movimento anarquista e da sociedade em geral, questionando até mesmo seus próprios

companheiros de luta. Em seu conjunto, os discursos revelam disputas sobre o significado da educação, com destaque para um modelo libertário e racionalista para as mulheres, que, pedagogicamente, contra a escola dos castigos físicos e das rotinas, promovesse a experiência e a curiosidade. Enfim, os discursos sobre educação em *Nuestra Tribuna* nos provocam a continuar pensando e explorando os caminhos que as mulheres forjaram e ainda forjam na luta por seus direitos e emancipação.

Notas

1. O artigo é ligado ao Projeto de Pesquisa "Mulheres e educação: entre o prescrito, o escrito e o vivido" financiado por meio do Edital Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 44/2024 – Universal.
2. Este artigo recebeu financiamento da CAPES, por meio de bolsa de intercâmbio do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA (PPGED/UFPA), 2025, à doutoranda Luna Sofia Dobal da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Argentina), pelo Edital Move la América.
3. Importa destacar que na América a impressão mecânica ocorreu em períodos diferenciados entre as colônias. No caso da Argentina, o primeiro periódico processado ocorre em 1810; no Brasil, em 1808, com a a Gazeta do Rio de Janeiro. Esclarece Anderson (2005) que até o fim do século XVII, na Nova Espanha, havia tipografias apenas na Cidade do México e em Lima e eram quase exclusivamente eclesiástica.
4. Como demonstra Prado (2004), tal reivindicação do movimento anarquista se confronta à tradição liberal elitista latino americana que, embora reconhecesse a necessidade de se universalizar a educação, em negação ao modelo colonial, defendia que esta deveria ser diferenciada por gênero e classe: às mulheres, a educação para a manutenção da família patriarcal; e aos pobres a educação elementar.
5. Do final do século XIX até 1914, a população da Argentina cresceu. De quase dois milhões de habitantes em 1869, passa, em 1914, para cerca de oito milhões. A principal razão para essa transformação foi a imigração de europeus de áreas rurais de países como Itália e Espanha para a América do Sul. Para maiores aprofundamentos sobre essa questão, recomendamos a leitura de Devoto, 2002.
6. A Lei de Residência (1902) autorizava o governo a expulsar estrangeiros que ameaçassem a ordem pública, mesmo sem julgamento. A Lei de Defesa Social (1910) visava reprimir e perseguir anarquistas. O objetivo não era apenas a expulsão daqueles que haviam cometido crimes, mas também de imigrantes que defendessem o anarquismo. As leis foram aprovadas durante governos conservadores na Argentina.
7. Cordero (2019), que fornece informações básicas sobre os escritos e a participação das mulheres na imprensa anarquista, explica que, embora houvesse páginas que abordavam questões dirigidas a mulheres, ou expressassem apelo a sua participação durante a década de 1920, pouquíssimas notas assinadas por mulheres foram registradas na imprensa.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

BACCI, Claudia; Cordero, Laura Fernández. Feroces de lengua y pluma. Sobre algunas escrituras de mujeres anarquistas. **Políticas de la Memoria**, Buenos Aires, n. 6/7, p. 190-195, 2006/2007. Disponível em: <https://ojs.politicasdelamemoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/125/118>. Acesso em: 5 jul. 2025.

BARRANCOS, Dora. **Anarquismo, educación y costumbres en la Argentina de principios de siglo**. Argentina: Contrapunto, 1990.

BARRANCOS, Dora. Mujeres de Nuestra Tribuna: el difícil oficio de la diferencia. **Arenal**, Granada, v. 1, n. 2, p. 273-292, jul./dic. 1994.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 52, p. 397-419, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691>. Acesso em: 5 jul. 2025.

22 BATTICUORE, Graciela. **Lectoras del siglo XIX**. Imaginarios y prácticas en la Argentina. Buenos Aires: Ampersand, 2017.

BUELA, Juana Rouco. **Nuestra Tribuna**, Necochea, v. 1, n. 4, 30 set. 1922.

CASTILLO, Aurora. La educación de la mujer y su participación en la lucha. **Nuestra Tribuna**. Necochea, v. 1, n. 6, 31 out. 1922.

CORDERO, Laura Fernández. **Amor y anarquismo**. Experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual. Argentina: Siglo XXI editores, 2019.

CORDERO, Laura Fernández. El periódico anarquista Nuestra Tribuna. Un diálogo transnacional en América Latina. **Anuario de Estudios Americanos**, v.74, n. 1, p. 267-293, enero-junio, 2017. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/76550>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DEVOTO, Fernando. **Historia de la inmigracion en la Argentina**. Argentina: Sudamericana, 2002.

EDITORIAL. **Nuestra Tribuna**. Necochea, v. 1, n. 1, 15 ago. 1922.

EDITORIAL, **Nuestra Tribuna**, Necochea, v. 2, n. 10, 1º jan. 1923.

GURGEL FILHO, Paulo Costa Sousa. Os desvios do pesquisador: a imprensa periódica como fonte e objeto de pesquisa. **RevistaFT**, Rio de Janeiro, v. 27, edição 121, abr. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/os-desafios-do-pesquisador-a-imprensa-periodica-como-fonte-e-objeto-de-pesquisa/> Acesso em: 25 de jun. 2025.

LIONETTI, Lucia. La educación sexual de los púberes: un imperativo para salvar el cuerpo de la nación en la Argentina de las primeras décadas del siglo XX. **EJES de Economía y Sociedad**, Entre Ríos, v. 5, n. 8, p. 52-73, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9036058> Acesso em: 10 jun. 2025.

LIONETTI, Lucía. **La misión política de la escuela pública**. Formar al ciudadano de la República (1870-1916). Madrid: Bs.As, 2007.

MARTINS, Angela Maria Roberti; SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. O folheto Mis Proclamas, de Juana Rouco Buela, a circulação de impressos anarquistas e a propaganda entre as mulheres. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 27, n. 46, p. 137-160, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/62072> Acesso em: 12 jun. 2025.

MOLYNEUX, Maxine. Ni Dios, ni Patrón, ni Marido. Feminismo anarquista en la Argentina del siglo XIX. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 13, n. 1, p. 119-145, 1986. Disponível em: <https://patagonialibertaria.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/el-feminismo-anarquista-en-la-argentina-del-siglo-xix-por-maxine-molyneux.pdf> Acesso em: 20 jun. 2025.

NARI, Marcela. Maternidad, política y feminismo en Resistencias y luchas Historia de las Mujeres en Argentina Siglo XX. In: GIL LOZANO, Fernanda; PITA, Valeria Silvina; INI, María Gabriela. (Dir.). **Historia de las mujeres en Argentina siglo XX**. Buenos Aires: Taurus, 2010. (Tomo II).

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 2004.

PRIETTO, Nadia Ledesmas. Anarquismo(s) y feminismo(s). Reflexiones a partir de las intervenciones de las mujeres anarquistas, Buenos Aires (1896-1947). **Izquierdas**, Santiago, n. 34, p. 105-124, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/izquierdas/n34/0718-5049-izquierdas-34-00105.pdf> Acesso em: 15 de jun. 2025.

RIVERA, Maria Alvarado. Auto-educación, amor y maternidad. Conferencia dictada en Vitarte, Peru. **Nuestra Tribuna**. Necochea, v. 1, n. 24, 1º set. 1923.

ROUCO BUELA, Juana. **Historia de un ideal vivido por una mujer**. Madrid: La Malatesta, 2012.

SURIANO, Juan. Anarquistas. **Cultura y política libertaria en Buenos Aires 1890-1910**. Buenos Aires: Manantial, 2004.

24

Prof.ª Lic.ª Luna Sofía Dobal
Doutoranda do Instituto de Geografia, Historia y Ciencias Sociales (IGEHCS)
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Universidad Nacional del Centro del Centro de la Provincia de Buenos Aires
(Argentina)

Orcid id: <https://orcid.org/0009-0005-2555-8005>
E-mail: lunadobal@gmail.com

Prof.ª Dr.ª Sônia Maria da Silva Araújo
Universidade Federal do Pará (Brasil)
Programa de Pós-graduação em Educação
Grupo de Pesquisa Educação de Mulheres nos séculos XIX e XX
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-8240-9704>
E-mail: ecosufpa@gmail.com

Recebido em 12 ago. 2025
Aceito em 20 out. 2025



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.